

Fazenda inova e estende certificado digital para seus 8 mil funcionários

Até o final de novembro, todo funcionário da Secretaria Estadual da Fazenda receberá seu crachá digital. A medida integra o processo de modernização da pasta e visa a aumentar a segurança dos serviços prestados. A inovação é o emprego de um cartão inteligente do tipo *smartcard* dotado de *chip* capaz de armazenar informações e agregar múltiplas finalidades.

O crachá digital é identidade funcional, libera passagem na catraca e permite ao funcionário acessar com sua senha os sistemas da Secretaria a partir de qualquer localidade. De acordo com a Resolução 57 da Fazenda, de 3 de setembro, seu uso será obrigatório para todos funcionários.

O novo lote de crachás entregue pela Imprensa Oficial substitui os três mil iniciais vendidos em 2007 e estende a certificação

Novo crachá libera passagem na catraca e provê acesso seguro e inviolável aos sistemas da Secretaria de qualquer localidade



Álvaro Junqueira, diretor de Tecnologia da Informação da Fazenda: mais segurança

digital para os oito mil fazendários do Estado. O serviço é baseado em criptografia de dados, técnica baseada em modelos matemáticos que assegura a integridade e a inviolabilidade das informações transmitidas.

De uso exclusivo, o crachá armazena informações pessoais e únicas do proprietário como CPF, *e-mail*, chave pública do titular, número de série e assinatura digital reconhecida pela autoridade certificadora emissora. O certificado permite assinar digitalmente documentos e lhes conferir valor legal. Facilita, ainda, a comunicação do detentor com a Secretaria da Receita Federal.

"A maior parte dos dados de contribuintes existentes nos sistemas da Fazenda é sigilosa", explica Álvaro Junqueira, diretor

de Tecnologia da Informação da Secretaria. "A adoção do certificado digital é medida adicional para assegurar o acesso somente a pessoas autorizadas, de acordo com a legislação vigente", explica.

Com relação ao crachá, Álvaro observa que seu uso é simples e previne até acessos indevidos internos. "Quando vai ao banheiro ou sai para almoçar, o funcionário o retira do computador. A máquina permanece ligada porém só fica novamente disponível com a recolocação do crachá na leitora e digitação da senha", explica.

Caravana digital – A emissão dos certificados para a Fazenda recebeu o nome de *Projeto Caravana digital*. "Para execu-

Criptografia e segurança

Em grego, a palavra criptografia significa *escrita escondida*. Trata-se de um ramo da matemática que adota técnicas que possibilitam transpor a informação de sua forma original para outra, ilegível. Somente o destinatário, proprietário da chamada chave privada, é capaz de receber e decifrar o conjunto de informações transmitidas. Assim, é praticamente impossível alguém não autorizado conseguir acessar o conteúdo que se pretende manter sob sigilo.

tá-la – explica Marcio Moreira, gerente de Tecnologia da Informação da Imprensa Oficial – mobilizamos quatro equipes para atuar nas 15 regionais da Secretaria, espalhadas pelo território paulista. O serviço está em fase de finalização e por dia são emitidos aproximadamente 60 certificados". A expedição do crachá demora em média 20 minutos e o funcionário precisa entregar cópia do RG e comprovante de endereço.

Para treinar os funcionários a usar o crachá, a Fazenda usou o modelo já empregado pela Imprensa Oficial. Criou também cartazes e distribuiu um folheto explicativo para cada funcionário. Esse material de divulgação permanece disponível na rede interna (intranet) da Secretaria.

O assistente técnico Paulo Silvestre foi um dos primeiros a receber a nova identidade funcional. Fazendário desde 1983 e atuando na sede da Secretaria, na capital, ele é um dos mais entusiasmados com a novidade. "Aprendi rápido a usar o crachá, foi fácil. Esta inovação está sendo fundamental para a concepção do fluxo eletrônico de documentos (*workflow*) da Secretaria", conclui.

Autoridade certificadora – A Imprensa Oficial é a autoridade certificadora do governo paulista e já emitiu, desde 2001, mais de 100 mil certificados digitais. Sua lista atual de clientes inclui prefeitura de São Paulo, Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU), Assembleia Legislativa, Junta Comercial (Jucesp), Fundação para o Desenvolvimento da Educação (FDE), Companhia de Saneamento Básico (Sabesp), São Paulo Previdência (SPPrev), Companhia de Processamento de Dados (Prodesp) e Fundação Arquivo e Memória de Santos.

Segundo a diretora de Gestão de Negócios da empresa, Lucia Maria Dal Medico, "a adoção do certificado digital melhora a eficiência e segurança das transações entre o cidadão e o poder público. E trata-se de ferramenta importante no processo de modernização da gestão governamental nas esferas municipal, estadual e federal. O novo modelo de RG que começará a ser distribuído no País em 2010 virá preparado para receber o certificado digital. A proposta da Imprensa Oficial é oferecer o serviço eletrônico para órgãos públicos de todo o Brasil".

Em média, cada *kit* de certificado digital custa R\$ 250 e inclui porta-crachá, crachá, leitora de cartão e o certificado digital. "Os preços, porém, vêm caindo, com a disseminação do serviço e crescente adoção da tecnologia", observa Márcio Moreira.

Rogério Silveira
Da Agência Imprensa Oficial



Crachá Digital

Conheça as funcionalidades do novo crachá da Secretaria da Fazenda

SECRETARIA DA FAZENDA GOVERNO DE SÃO PAULO

Estudo apresenta dados atuais sobre as emissões do efeito estufa no País

Pesquisadores do Centro de Energia Nuclear na Agricultura (Cena) da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (USP/Esalq), liderados pelo cientista Carlos Clemente Cerri, acabam de publicar na revista científica da USP *Scientia Agricola* (volume 66, número 6), a revisão intitulada "Emissões de gases do efeito estufa do Brasil: Importância da agricultura e pastagem".

A motivação para o trabalho foi a carência de dados atualizados sobre o tema. "Os do primeiro inventário são relativos a 1994, e é o que prevalece até hoje. Como participei de parte do primeiro relatório, montei minha equipe e atualizamos esses dados até 2005, utilizando a mesma metodologia do inventário anterior. Calculamos as emissões a cada cinco anos, ou seja, 1990, 1995, 2000 e 2005", comenta Cerri.

A revisão apresenta cálculos feitos com base em cinco fontes de emissão – energia, processos industriais, agricultura, mudança

de uso da terra e resíduos – bem como de suas subfontes, com bastante detalhamento. Oferece, assim, um quadro inédito de emissões no País.

Segundo o documento, a emissão total de gases do efeito estufa (GEE), equivalente em CO₂, aumentou em 17% durante o período de 1994-2005. O CO₂ foi responsável por 72,3% do total, ou seja, houve uma pequena diminuição em relação aos outros GEE, uma vez que em 1994 sua participação foi de 74,1%.

O aumento de todas as fontes dos GEE, excluída mudança do uso da terra e reflorestamento, foi de 41,3% durante o período de 1994-2005. Climate Analysis Indicators Tool (CAIT) e World Resources Institute (WRI) estimaram um crescimento maior (48,9%), que classifica o Brasil na 69ª posição no *ranking* mundial de emissores. Utilizando as estimativas desse estudo, o Brasil ocupa a 78ª posição. Em ambos os casos, porém, o país claramente

aumentou suas emissões num ritmo menor do que os que foram calculados para a China e Índia, dois dos maiores emissores, com aumentos de respectivamente 88,8% e 62,1%.

Além disso, o Brasil reduziu suas emissões em taxa maior do que alguns países do Anexo I, que são os sujeitos a uma quota de redução. É o caso da Espanha e da Nova Zelândia que aumentaram em 55,6% e 45,8% suas emissões. O país também está abaixo da média de aumento apresentado pelos que não são do Anexo I (estimado em 61,3%). No entanto, está acima da média global, que foi de 28,1%.

Outra abordagem da pesquisa diz respeito às formas de mitigação que podem ser adotadas e à orientação para essas ações. Ressalta que além de trabalhar pela redução das emissões dos setores de energia e desmatamento, o Brasil deve agora ter como meta prioritária o desenvolvimento de um programa nacional de incentivo às mitigações nos setores agrícola e pecuário. "Tais opções não deverão se concentrar somente na redução das emissões, mas também favorecer a fixação de carbono", conclui Cerri.

Da Assessoria de Imprensa da Esalq

SERVIÇO
O artigo está disponível em
www.esalq.usp.br/scientia/docs/gas_emissions.pdf

Dados do relatório

Emissão de GEE no Brasil aumentou

17%

no período de 1994-2005

O Brasil ocupa a

78ª

posição entre os emissores de GEE

O CO₂ responde por

72%

das emissões de GEE no Brasil